



Segregação espacial urbana. Dinâmicas contemporâneas em São Paulo

Autores:

Janaina Almeida Stédile - Universidade presbiteriana Mackenzie - jastedile@gmail.com

Resumo:

Este artigo procura estender os debates sobre as dinâmicas da segregação espacial nos últimos dez anos em São Paulo, compreender seus aspectos materiais e simbólicos, bem como estes se geram e se reproduzem. Partindo da argumentação Schimtt, onde não existem ideias políticas sem um espaço em que elas se referendem, nem espaço ou princípio espacial que não corresponda a uma ideia política, somado ao pensamento hegeliano de que a forma é o aspecto material do conceito, e não apenas a sua representação, logo a segregação espacial não é só um resultado, mas uma resultante que ultrapassa o tempo de sua implantação e segue influenciando a maneira de estar nas cidades. Apresenta-se uma investigação sobre esse tipo de estruturação espacial, primeiro a partir de uma breve histórico da segregação espacial, em seguida suas implicações simbólicas através da teoria crítica contemporânea no campo da psicanálise social; para por fim demonstrar a evolução formal nos enclaves fortificados nos primeiros anos do século XXI, através do estudo dos novos empreendimentos habitacionais no distrito da Vila Leopoldina, em São Paulo.

Segregação espacial urbana

Dinâmicas contemporâneas em São Paulo

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de doutorado Arquitetura da Segregação – Desígnio e desenho na cidade de São Paulo, que procura entender as dinâmicas da segregação espacial urbana nos últimos dez anos na cidade, seus aspectos materiais e simbólicos, bem como estes se geram e se reproduzem.

No contemporâneo, encontramos uma profusão de estudos notáveis que versam ou tangenciam o assunto da segregação, além disso, a própria vivência nas cidades nos demonstra que existe no espaço urbano uma tendência globalizada à segregação, separação, isolamento, fechamentos; fronteiras com evidentes demarcações materializadas pela disseminação de todos os tipos de sintomáticos muros.(ver Zukin 2000, Secchi, 2013; Sennett, 2015; Montaner, 2014).

É necessário dizer que, certamente, há diferenças importantes entre a segregação nas cidades de periferia econômica e as cidades centrais, sedes simbólicas, ou de fato, do capital financeiro. Entretanto, é válido dizer que apesar das particularidades em função do arcabouço cultural, processos históricos e dinâmicas sociais e econômicas, a segregação é um componente espacial presente de forma generalizada nas cidades do século XXI.

Partindo da argumentação de Schmitt, onde não existem ideias políticas sem um espaço em que elas se referendem, nem espaço ou princípio espacial que não corresponda a uma ideia política. (Schmitt apud in Secchi 2013, p. p13), somado ao pensamento hegeliano de que a forma é o aspecto material do conceito, e não apenas a sua representação. (ver Hegel, 1996)¹, logo a segregação (material e simbólica) não é só um resultado, mas uma resultante. Assim, a pesquisa se propõe uma metodologia baseado na concepção estrutural de Nibert Elias (2008) que propõe uma análise da forma, e não de taxas; e das conexões, ao invés das condições. Quanto se aplica essa estrutura a teoria crítica, a segregação espacial urbana é usualmente associada a um conjunto de três binômios conceituais: aberto e fechado (ver Sennett, 2015); público e privado (ver Caldeira, 2000; Sennett 2014-2015, Secchi 2013); e por fim, ricos e pobres. (ver Secchi 2013, Zukin, 2010).

Utilizando recente literatura urbana, que compreende estudos nos campos da História, Sociologia, e Psicanálise social, somados à pesquisa em campo na cidade de São Paulo, pôde-se identificar quatro grandes grupos de estrutura espacial de segregação urbana que operam no contemporâneo, de maneira entrelaçadas e sobrepostas.

¹ O texto original de G.W.F Engel foi publicado a primeira vez em 1917 em Enciclopédia da ciência filosófica (Encyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse. Zum Gebrauch seiner Vorlesungen)

Os primeiros dois tipos — o modelo centro-periferia e assentamentos de extrema pobreza juntos a de extrema riqueza — apesar das ideias antagônicas contidas (segregação por distância e segregação por proximidade); ambas são herança das dinâmicas do capitalismo industrial do final do século XIX e do seu desenvolvimento posterior no século XX. Relacionam-se com a separação da elite do restante do corpo social, associando-se a ideia de isolamento como distinção e discriminação social.

Os dois tipos seguintes são associados à expansão do modelo econômico neoliberal, sob controle do sistema financeiro. Nesses casos a segregação se organiza em função do consumo e da fragmentação da vida social pública e política. O primeiro tipo dessa categoria trata-se da gentrificação de tecido históricos, ou bairros tradicionais populares e operários.

E por fim o quarto tipo, que pretende-se tratar neste artigo, é a segregação que ocorre no contemporâneo na cidade de São Paulo, que é uma resultante das somatória dos componentes materiais e simbólicos das três condições anteriores. Nega, ao mesmo tempo que desqualifica a esfera pública; expulsa populações, constroem-se fortalezas de interiores idílicos apartados do mundo real, ostentando distinção e discriminação social; e por fim, estes atraem, convivem ou se instalam ao lado de assentamentos de extrema pobreza em áreas centrais.

Apresenta-se a investigação sobre esse tipo de estruturação espacial, primeiro a partir de uma breve histórico da segregação espacial, em seguida serão apresentadas suas implicações simbólicas através da teoria crítica contemporânea no campo da psicanálise social; para em seguida demonstrar a evolução formal nos enclaves fortificados nos primeiros anos do século XXI, através do estudo dos novos empreendimentos habitacionais no distrito da Vila Leopoldina, em São Paulo.

BREVE HISTÓRIA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

As dinâmicas de segregação espacial urbana do seu aparecimento até o momento presente de fato: separam as classes sociais; isolam as diferentes camadas da população em seu próprio tipo de cidade; faz com que se evite contato entre elas através da negação do espaço de esfera pública; produzindo assim, uma sociedade desligada, desunida e desmembrada. A motivação inicial do estudo é entender com o conceito de isolamento e segregação opera, dentro de um sistema espacial como a cidade, que como bem expressa Sennett (2014)

“(…) O mais simples diz que uma cidade é um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar. Para que essa definição seja verdadeira, o assentamento deve ter uma população numerosa, heterogênea; a concentração populacional deve ser um tanto densa, as trocas comerciais entre a população devem fazer com que essa massa densa e díspar interaja.” (SENNETT, 2014, p. 135)

Mesmo sendo um fator condicionante na formação da segregação como veremos mais adiante, uma população numerosa sozinha não cria segregação espacial. Cidades grandes e densas, com um milhão de habitantes são registradas desde a época de Alexandre, rei da Macedônia. Buscando as origens da segregação espacial na história das cidades percebe-se que as cidades seguem densas e heterogêneas até o fim do período Barroco, porque ainda representam um projeto de uma comunidade de valores;

“A história europeia das cidades até o período barroco mostra uma cidade que, (...) a sua forma prevalecente é a da partilha comunitária dos espaços. Essa cidade é destruída pelo ímpeto simultâneo da indústria e do mercado, (...).” (CACCIARI, 2010, p. 29)

Como bem associa Cacciari (2010), o espaço segregado por classe sociais é relacionado a industrialização nascente no século XVIII, e desenvolvida e consolidada com as dinâmicas capitalistas dos séculos subsequentes. No século XXI o capital também modifica sua maneira de operação e gera de forma disseminadas nas cidades, não só a separação entre lugares de ricos e pobres, mas o isolamento como forma de habitar a cidade contemporânea.

Zukin (2000) organiza sua análise a respeito da paisagem a partir de uma estrutura temporal harveyniana dada por dois períodos urbanos: moderno e pós-moderno. E seguindo as linhas guias desenhadas por Sennett (2015) para identificar as mudanças ocorridas na esfera e no espaço público veremos que as dinâmicas de segregação são processo concomitantes e originários dos mesmos sistemas de valores que começam a modificar o espaço público.

O primeiro período, que corresponde a idade moderna da cidade para Zukin, pode ser caracterizado através suas motivações de isolamento: distinção e discriminação sob o aspecto social, (ver Secchi, 2013 e Sennett, 2014) e dificuldade em lidar com o Outro, sob a luz da psicanálise social. (ver Freud, 2006; Sennett, 2014, Žižek, 2003; e Dunker, 2015)

Este período tem três fases: as duas primeiras se caracterizam pela relação centro-periferia, bairros de pobres e bairro de ricos; acontecem em momento diversos, e são distintas na intensidade e formas. A primeira é nata no início da industrialização, e verifica-se um movimento em conjunto de camadas altas e baixas para fora do núcleo original da cidade, em uma primeira borda; em um segundo momento, a segunda borda da periferia é formada apenas por assentamentos de trabalhadores, em geral, desprovida de urbanidade e bastante distante do núcleo central. E por fim a terceira fase de transição onde assentamentos suburbanos fechados de extrema riqueza coexistem ao lado de assentamentos precários de extrema pobreza, em uma posição periférica, ou em municípios menores da área metropolitana.

O segundo período, próprio do século XXI, o isolamento espacial se organiza através de consumo e da fragmentação da vida social pública e política, e é diretamente associada à expansão do modelo capitalista, sob controle do sistema financeiro globalizado. Se apresenta como um padrão baseado na cultura do individualismo para todas as classes

sociais. Esta dinâmica se dá através da resignificação das primeiras periferias, aquelas mais próximas do centro histórico e que surgem na primeira fase da relação centro-periferia.

Há duas facetas deste processo que atuam conjuntamente: a gentrificação, ou seja mudança ou restrição espacial de classe social, ou população originária; conjuntamente com o que Zukin (2000) chama de disneylandização das cidades, ou seja, a produção do urbano baseado no repertório onírico e consumista da Disney World.

Assim, segregação contemporânea se torna um problema não só de desigualdade social, mas de desestruturação da vida pública. Sennett (2014) define três formas de isolamento: a primeira é quando determinado tipo de pessoas em "(..) uma estrutura urbana de alta densidade são inibidos ao sentirem qualquer relacionamento com o meio no qual está colocada essa estrutura" (2014, p.54); a segunda definição trata-se do isolamento pelo sistema de circulação da cidade moderna :

“(...) isolar em um automóvel particular para ter liberdade de movimento, também deixa de acreditar que o que o circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar à finalidade da própria locomoção. “(SENNETT, 2014, p. 54)

E por fim, no terceiro sentido de isolamento que é baseado na ideologia do individualismo, em que a presença do outro tem pouco, ou nenhum efeito:

“(...) Existe ainda um terceiro sentido, um sentido um tanto mais brutal de isolamento social em locais públicos, um isolamento produzido diretamente pela nossa visibilidade para os outros. “(SENNETT, 2014, p. 54)

Os processos de isolamento contemporâneos são dados pela capacidade de consumo e disneylandização das áreas internas dos enclaves, não só se utilizam de enobrecimento e do câmbio de estrato social, mas desarranjam o espaço da esfera pública, inibindo qualquer relacionamento que seja curado por um projeto coletivo; a este conjunto de ações, a consequência mais perversa está na dificuldade da população urbana lidar ou perceber o que Žižek chama de Coisa real.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo começa a mudar seu caráter de lugar de entroncamento, e passa a buscar a identidade de uma cidade cosmopolita. Na idade da Metrópole do café (1889-1930), São Paulo buscava uma imagem pública da cidade com a premissa de conjunto urbano. Os espaços abertos e equipamentos públicos eram projetados pelos renomados escritórios de arquitetura, havendo uma discussão pública sobre as propostas, demonstrando uma preocupação com aquilo que representava o corpo público (Reis, 2004). Mesmo o Plano de Avenidas, de 1930, que propunha lidar com o crescimento da cidade através da circulação motorizada, ainda apresentava uma ideia de todo urbano projetado, um projeto de *urbs* que correspondesse a ideia de cidade pretendida.

Nessa época, a cidade apresenta os maiores índices de crescimento populacional de sua história, e esse incremento gerou a expansão do núcleo urbano original, tanto em loteamentos destinados à elite, bem como nos bairros operários ligados à nascente indústria. Desta época são os bairros de elite como Campos Elíseos, e a região da avenida Paulista; bem como bairros operários como Mooca, Brás e Barra Funda. Em um segundo momento já nas primeiras décadas do século XX há uma expansão da elite através dos diversos loteamentos da Cia City (1917-1930), associados a uma miríade de loteamentos populares, como Vila Leopoldina, Itaim Bibi, Jaguaré, etc.

O centro da cidade de São Paulo até a década de 40 ainda é heterogêneo e concentrado. (Caldeira, 2000; Reis 2004, 2010; Rolnik, 1997), o segundo momento da relação centro-periferia, onde a segunda passa a significar precariedade e distâncias se estabelece entre 40-50 se consolidando na década de 70 (Caldeira, 2000; Reis 2004, 2010; Rolnik, 1997) momento associado efetiva industrialização da cidade.

Nesse momento, São Paulo se torna um espaço de produção. E a partir do relatório Moses de 50 determinou o caráter produtivo de eficiência da cidade, baseado na capacidade de conexões, e não a partir de seus espaços sociais ou simbólicos. O relatório transformou as avenidas em vias expressas, desintegrou o arranjo circular, se preocupou em estabelecer relações com as rodovias em construção e reforçou a ideia de subúrbios (Somekh & Campos, 2002, 58-60). O espaço público produzido pela diretriz da engenharia de eficiência de fluxo rápido, resultou em grandes elementos infra estruturais, e por consequência os espaços residuais como baixas de viadutos e canteiros centrais. Assim, pode-se datar a ideia de segregação espacial quando passa-se a olhar como modelo as cidades norte-americanas organizadas pela ideia zoneamento-rodovia.

É da década de 70 o empreendimento Alphaville, modelo e símbolo da suburbanização à americana, que rapidamente se espalhou pelas áreas metropolitanas de São Paulo; consolidando uma terceira fase da segregação: aquela em que pobres e ricos passam a ocupar os mesmos locais distantes do centro da cidade, ou em áreas metropolitanas.

Alphaville recebe o mesmo nome do filme de ficção científica de Jean Luc Godard de 1965. Trata-se de um futuro onde a cidade é controlada pelo computador Alpha 60 que não permite desvios: dos amorais e antiéticos, aos de ordem emocional que pudesse levar qualquer ação de mudança. Uma higiene emocional que impede a construção de um pensamento crítico. Sensação similar produzida ao adentrar nos condomínios: ruas limpas, bem sinalizadas, arborizadas, jardins e parque infantis de manutenção impecável. Segundo Dunker (2015), esta espacialização higienista, sem os conflitos que podem ser encontrados nos espaços da vida urbana, lembram os hospitais psiquiátricos do século XIX:

“Uma visita a Saltipètrièriè, em Paris, ou a Steinhof, no entorno de Viena, até mesmo a Barbacena, em Minas Gerais ou a Franco da Rocha, no subúrbio de São Paulo, mostrará a similaridade irretorquível. Retirem-se a pobreza e os sinais aparentemente de loucura, e o que restará é um protocondomínio arborizado, cheio de locais para meditação, centros de cuidado e tratamento, regulamentos e rotas de circulação. Espaços que são

ao mesmo tempo de produção de saúde e de reprodução de um modo de vida perdido. "(Dunker, 2015, p. 36)

Caldeira (2000), ao estudar o fenômeno dos condomínios fechados da década de 90, demonstra que estes rompiam o paradigma centro-periferia, porque passam a se instalar junto a áreas de pobreza, cunhou o termo enclave fortificado referindo-se à:

"(...) espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho [...] São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras da inclusão e exclusão. (...) Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social." (Caldeira, 2000, 258)

Caldeira (2000) reforça a relação entre a supervalorização do privado e negação da vida pública, consolidando a segregação onde extremos sociais são vizinhos, ao mesmo tempo introduz o conceito de subordinação da construção da cidade a partir de critérios provenientes do marketing imobiliário.

O conceito fundamental de que partem os incorporadores imobiliários dos enclaves paulistanos, é que estes não anunciam um novo tipo de comunidade onde interesses comuns possam ser partilhados, e portanto, não projetam-se espaços que possam facilitar interações desse tipo. Em entrevista, uma moradora de um enclave no bairro do Limão ressentia-se do condomínio possuir 23 tipos de áreas comuns, mas não dispor de um espaço adequado para as reuniões condominiais que, via de regra, são realizadas na garagem ou na quadra do empreendimento.

Os condomínios brasileiros não perseguem a ideia de criação de uma comunidade como um conjunto de regras, partilhadas pelos hábitos, que possam constituir um sistema estável de coesão. No caso brasileiro, tantos os enclaves de subúrbios ou as torres na cidade buscam uma homogeneização social, e uma administração não voltada para os interesses comuns mas, em geral, para regulamentação do prazer alheio, expressa pela figura patológica do síndico:

"Aqui é a figura do síndico sádico, com seus regulamentos masoquistas, que nos serve de alegoria para entender a gênese de uma patologia do reconhecimento. São as formações de ideias de vida, de gozo e de ordem, que se exprimem como sentimento de impostura, de falso reconhecimento e de conflito entre promessa e realização. Vigora aqui a interpretação de

que há algo de errado com o pacto, com a lei ou com o regulamento que nos une. Nosso déficit de felicidade nos leva ao sentimento, mais ou menos invejoso, de que o vizinho raptou um fragmento do nosso gozo. O síndico representa tanto a lei mal formulada quanto o gozo excessivo do vizinho.” (Dunker 2015, p 39)

Uma particularidade dos enclaves paulistanos aparece em relação aos muros que não se constituem como demarcação simbólica de pertencimento, mas como elementos “de defesa, cujo objetivo militar é impedir a entrada, ocultar a presença de recursos estratégicos e facilitar a observação do inimigo.” (Dunker, 2015, 35)

Assim, chega-se ao segundo momento em que o enclaves fortificados aparecem na primeira coroa periférica da cidade, que no contemporâneo já é considerada uma área central. E se somam uma paisagem que ainda é composta de antigos edifícios fabris e casas operárias. Apesar dos empreendimentos imobiliários publicitarem as qualidade de vida nestes lugares, eles mesmo destroem o patrimônio material e imaterial do lugar.

ASPECTOS IMATERIAIS: ISOLAMENTO E DISTANCIAMENTO DO REAL NA VIDA CONTEMPORÂNEA

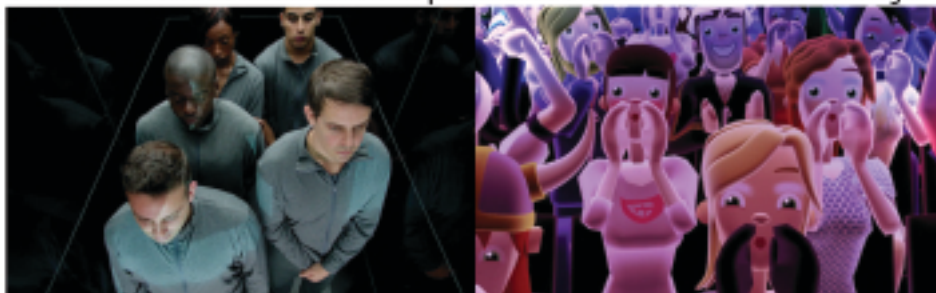
Black Mirror é um seriado inglês, originalmente produzido pela Channel 4 e, posteriormente adquirido pela Netflix. Cada episódio conta histórias diferentes de distopias, a partir do desenvolvimento de tecnologias que nos são próximas, e nos aterrorizam por indicar um futuro possível. No episódio Quinze milhões de Mérito, escrito por Brooker e Konnie Huq, toda a ação se passa dentro de um grande complexo sem janelas, que comporta toda a vida dos indivíduos: morar e trabalhar. Nesse caso, a ideia de morar foi incorporada ao *modus operandi* do escritório. Não se pode ver o lado de fora, e não há nada que possa lembrar o lado de fora. Todos os ambientes são divididos por paredes formadas por telas de televisão, que avisa a hora de acordar, dormir ou assistir comédias esdrúxulas, programas de auditório e pornografia.

O trabalho consiste em andar de bicicleta assistindo televisão, ganham-se créditos por quilômetros rodado, que podem ser usados para comprar coisas que, na sua maioria, são virtuais: programas de televisão, acessórios para o avatar virtual, ou até mesmo ser dispensado de assistir televisão. As relações sociais são dadas por avatares que participam dos programas de auditório, ou protagonistas nos jogos de videogame. O encontro físico se dá em elevadores, nas salas das bicicletas e no refeitório do trabalho. As unidades habitacionais consistem em um quarto, sem espaço de sociabilidade. Não há espaços comuns ou coletivos livres, portanto, a esfera pública é ausente.

Se Alphaville de Gordard tem um herói, Black Mirror apresenta a tragédia do protagonista sendo absorvida pelo sistema como entretenimento. O protagonista passa a repetir o seu ato desesperado em um programa de televisão semanal. Como passa a ser figura “pública” ganha o direito de viver em um apartamento maior dotado de vista para uma paisagem, que não se toca, apenas se vê. A figura a seguir sintetiza o episódio.



O trabalho e a casa no mesmo ambiente padronizado e controlado através da tecnologia.



O lugar do encontro: elevadores e avatares virtuais em programas de auditório.



O ponto de ruptura emocional do protagonista, e sua repetição em um programa semanal.



O prêmio pela ascensão social é ver a paisagem

Figura 01: Imagens do episódio 02 da primeira temporada de Black Mirror, Quinze milhões de méritos.
Fonte: autora baseado em imagens retirados de Netflix, 2018.

Na cidade de São Paulo, o mercado imobiliário oferece espaços anestésicos, ambiente controlado, diferenciados apenas pela capacidade econômica de consumo, organizados com os mesmos mecanismos e elementos físicos dos centros comerciais ou do escritório (Tae-Wook Cha, 2000, 125-126), negam a realidade que acontece do lado de fora. Essa condição parece se confirmar gradativamente como uma tendência no mundo ocidental, de acordo com Žižek:

“A Realidade Virtual simplesmente generaliza esse processo de oferecer um produto esvaziado de sua substância: oferece a própria realidade esvaziada de sua substância, do núcleo duro e resistente do Real — assim como o café descafeinado tem o aroma e o gosto do café de verdade sem ser o café de verdade, a Realidade Virtual é sentida como a realidade sem o ser. Mas o que acontece no final desse processo de virtualização é que começamos a sentir a própria ‘realidade real’ como uma entidade virtual.” (ZIZEK, 2003,27)

Pode-se notar o distanciamento da realidade quando verificamos as narrativas dos moradores dos enclaves presentes na audiência pública, em maio de 2018, sobre o Projeto de Intervenção Urbana — Vila Leopoldina, que contempla a construção de habitação para os moradores das favelas da Linha e do Nove, assentamentos existentes desde da década de 50 (Rodrigues, 2013). Na audiência, as falas dos moradores dos enclaves de elite colocam preocupações polidas com relação a contaminação do terreno, e ou ausência de um parque que estaria mais adequado ao interesse público (SP Urbanismo, 2018, 3). Já no fórum aberto no site da prefeitura e na campanha da Associação Viva Vila Leopoldina revela-se um discurso agressivo que demonstra as dificuldades de entender os moradores da favela como moradores da Vila Leopoldina ou mesmo como parte da sociedade.

Dunker (2015) correlaciona a nova forma de habitar a cidade, com a série de estratégias para lidar com desprazeres da vida, elaborados por Freud em Mal-estar na civilização. Aponta que quase todas são presentes na lógica do condomínio:

“(…) associação entre trabalho de conquista da natureza e acolhimento em uma comunidade orgânica de experiência, refúgio em um mundo próprio e protegido, sentimento de que se usufrui de uma experiência que é acessível para poucos, ilusão de uma realidade esteticamente orientada, sentimento de ruptura intencional com “mundo comum” e, finalmente, anestesia induzida pela intoxicação ou embriaguez. (Dunker, 2015,41)

Podemos notar a presença dos exemplos de estratégia dados por Dunker (2015) nas narrativas dos moradores dos enclaves. A moradora identificada como Carla, no site da prefeitura expressa a ideia do imóvel como uma conquista, e faz crer que os moradores pobres estão sendo trazidos para o bairro, quando na verdade eles já estão lá.

“Lamentável esse projeto de moradias populares em um terreno onde o entorno o valor do metro quadrado eh de 10 mil, além do valor do IPTU ser altíssimo. Com tantos terrenos em áreas menos valorizadas não entendo o por que da construção aqui. Não é fácil ver nosso patrimônio, que com tanto suor foi adquirido, ser desvalorizado dessa maneira. Gostaria que fossem construídas moradias nesse âmbito na esquina da casa desses mentores. “(Moradora Carla In Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018)

Ao mesmo tempo, o fato de proverem habitações adequadas aos moradores da favela os deixariam menos pobres. Ou seja, esta camada da população ao mudar sua condição de moradia deixa para trás uma das mais baixas etapas de pobreza que é a precariedade da casa. O que de fato se desvaloriza quando os trabalhadores passam morar em condições parecidas aos das camadas mais altas? Perde-se o mérito da conquista, e a distinção social.

No fórum aberto do site da prefeitura muitas mensagens postadas por diferentes pessoas apresentam duas variações do mesmo texto. O que indica uma mobilização baseada na premissa do NÃO CONCORDO, sem de fato as pessoas analisarem e refletirem criticamente sobre o projeto. Os dois textos são focados em ressaltar como a proposta da construção da habitação social irá descaracterizar e degradar o bairro. Interessante notar que o bairro perde suas características quando passa receber os empreendimentos fechados.

A associação Viva a Vila Leopoldina formada em 2014, se define como um associação de “moradores, empresários e trabalhadores em defesa do bairro” (Paulo, 2018). Um abaixo-assinado promovido pela associação, com mais de duas mil assinaturas diz que “a transferência das favelas da Linha e Nove para o terreno (...) exportando os graves problemas sociais existentes para local” (Paulo, 2018). As favelas se encontram a menos de 1 km da área proposta pela prefeitura, o que não significa importação de população, mas sim deslocamento interno ao bairro a uma distância aceitável.

Outra narrativa que reforça a invisibilidade dos pobres é a leitura simplificada do bairro que vê apenas dois tipos de ocupação: sua fase industrial e o momento atual das residências de alto padrão. Essa fala elimina toda uma diversidade de ocupação e vida social. Atualmente, na Vila Leopoldina existem casas e famílias de origem operária, duas favelas, um conjunto habitacional e um presídio.

“É notório que a proposta está totalmente desatualizada e descolada da realidade atual. O que era um bairro industrial tornou-se uma área residencial de grande intensidade. Não há nada que justifique esse tipo de assentamento na Vila Leopoldina. Não traz nada de positivo. Numa região pacata e hospitaleira apesar da alta concentração de moradores de rua. O bairro mudou e o planejamento urbano deve considerar a realidade atual, atual.” (Morador Valter Araújo In Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018)

O que chama atenção tanto no texto de apresentação da associação Viva Vila Leopoldina, no Facebook, quanto nas opiniões expressas no site da prefeitura é uma evidente confusão entre coisa pública, coisa privada, mérito pessoal e bem comum, sociedade e indivíduos.

O texto de apresentação da associação, de 2015, concentra-se em tratar do principal problema à época: a garantia que a demolição dos barracos das baixas do viaduto Mofarrej fosse mantida. Inicia “Todos puderam notar que as drogas diminuíram” (Associação Viva Vila

Leopoldina, 2015). O que é relativo e questionável: retirar barracos, sem tratar das questões que os produzem, não é uma ação associada diretamente ao decréscimo do consumo ou venda de drogas na cidade. Esses não estão mais à vista, e passam a acontecer em outras partes da cidade.

O texto segue: “os barracos foram demolidos e a sensação de poder caminhar nas ruas foi indescritível. (...)” (Associação Viva Vila Leopoldina, 2015). Aqui é fácil associar a sensação de prazer com a eliminação da vista da miséria. Em um sentido adicional, é uma reação simplista ao Mal-estar: refúgio em mundo próprio e protegido em que não tenha que lidar nem se sentir responsável pelo mundo real.

Ainda no mesmo texto da associação nota-se o sentido de conquista quando se usa um serviço privado, originalmente de obrigação do Estado, como a segurança pública: “(...) infelizmente teremos que DISPENSAR² os serviços da ASTER abrindo mão desta conquista (...)” (Associação Viva Vila Leopoldina, 2015). Interessante notar que na lista daqueles que são considerados parte da sociedade pela associação são citados apenas os condomínios: “(...) O FATO é que uma SOCIEDADE não se constrói sozinho! Até o momento, somente 3 condomínios (Plaza Mayor, Jardim Leopoldina e Soho) estão efetivamente contribuindo com este pagamento da Aster (...)” (Associação Viva Vila Leopoldina, 2015)

Talvez, uma abordagem mais coerente para o problema fosse dar um uso qualificado ao espaço e trabalhar conjuntamente com as Organizações não governamentais que atuam na área, como é caso do Instituto Acaia; departamentos públicos de saúde e serviço social, bem como a própria polícia e em ações conjuntas que envolveriam os próprios moradores. O problema está justamente na ausência do sentido público e a qualificação de um espaço que correspondam a este sentido.

SOFISTICAÇÃO DA ARQUITETURA DOS ENCLAVES

Na Vila Leopoldina, pode-se associar a mudança social à verticalização do bairro. A partir de levantamento de campo, pode-se considerar três períodos de verticalização em função da tipologia arquitetônica: o primeiro de 1980-2000, quando inicia o processo de construção de edifícios monofuncionais em lotes urbanos; de 2000-2007, começa a ser aplicada a lógica do condomínio e nota-se uma gradação com relação ao isolamento; e, por fim, de 2008-2018 onde percebe-se sofisticação da arquitetura de segregação através dos condomínios em grandes glebas.

Os edifícios residenciais do primeiro período se localizam próximos ao loteamento City Bela Aliança e ao núcleo histórico da Vila Leopoldina. A maior parte destes condomínios se utilizam de lotes maiores já existentes na quadra ou remembram lotes residenciais. Ainda que, distante do alinhamento lote - rua, todos têm a fachada do edifício voltada para a face da rua; no recuo encontram-se jardins visíveis; a demarcação entre a rua e o edifício é dada por gradis, que deixam transparecer a vida nas áreas comuns, bem como as janelas dos apartamentos mais baixos.

² Foram preservados as grafias dos textos originais em caixa alta, acreditando que o formato também faz parte da narrativa. Lembrando que a escrita em caixa na internet se refere à falar mais alto ou gritando.

É a partir dos anos 2000 que os térreos privados sobem de nível, e resta para a cidade a entrada facilitada de automóveis e guarita para pedestre com sistema engaiolamento. A maior parte dos empreendimentos executados entre 2000-2007 relacionam a fachada do edifícios com a rua, mas já se pode verificar que alguns deles já começam a se voltar para dentro, como é o caso daqueles à rua Carlos Weber, ao lado do clube do Sesi.

A figura 02 mostra uma sequência de edifícios residenciais, demonstrando o gradativo distanciamento da rua. Na primeira linha, o mais antigo (São Bento) está alinhado com a rua, e separado apenas pelo jardim; os dois posteriores, da década de 90, apresentam recuos ajardinados e fechamento com portões e gradis. Na segunda linha apresentam-se edifícios executados entre 2001 e 2007. O primeiro deles já apresenta o térreo alto, não sendo ainda uma regra, entretanto, todos apresentam sofisticação da portaria (engaiolamento). Na última linha, os conjuntos Jardim Vila Nova Leopoldina 1 e 2, típicos da segunda década do século XXI: implantados em grandes glebas, de tamanhos equivalentes a três quadras, com térreo alto, e três obstáculos de separação da rua: muro, espaço vazio, outro muro.

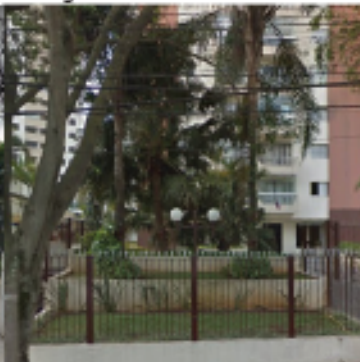


80-2000

São Bento



Malága



West Side Park



Área do terreno

1.400 m²

1.950 m²

1.060 m²

Pavimentos

4

22

11

Blocos

1

1

1

2001-2007

Spazio Venice



Provence



Horizons



Área do terreno

2.800 m²

5.600 m²

8.620 m²

Pavimentos

23

28

28

Blocos

2

2

3

2008-2017

Jd. Vila Nova Leopoldina 1



Jd. Vila Nova Leopoldina 2



Área do terreno

13.000 m²

33.500 m²

Pavimentos

27

27

Blocos

2

6

Figura 02- Comparativo de exemplos de empreendimentos verticais em diferentes épocas. Fonte: Própria autora em base de Google Maps, imagens de 2017.

Dos 25 empreendimentos levantados na Vila Leopoldina, inaugurados depois de 2007, verifica-se o vetor em direção a várzea do rio Pinheiros, em função de fartos terrenos planos e de poucas condicionantes, os enclaves encontram lugar ideal para criar isolamento com entretenimento.

Todos os grandes enclaves flutuam: o nível térreo indicado nos elevadores é na realidade o primeiro ou segundo pavimento onde se encontram as áreas comuns. O térreo verdadeiro é composto por linhas paralelas de muros com vazio entre eles; no máximo duas entradas: uma destinada aos moradores que chegam de carro e outras aos visitantes que passam por sistema de engaiolamento (dois portões acionados em tempos diferentes). A figura a seguir mostra a demarcação entre a rua e o térreo alto do condomínio Living Club Refuge, empreendimento de 2008 na avenida Mofarrej, que ocupa uma área de 16.000 m².



Figura 03- Térreo dos empreendimentos década de 10. Fonte: Própria autora em base de Google Maps, imagens de 2017.

Pode-se pensar que o térreo alto na região é resultado de uma condição necessária advinda de sua condição de várzea, onde o nível do lençol freático é alto. Entretanto, essa argumentação é falaciosa em ao menos três pontos.

O primeiro diz respeito ao significado do térreo na cidade: o térreo é o nível de maior articulação e importância espacial da relação público e privado, e nestes casos vem sendo ocupado por estacionamentos. O lençol freático alto não impediu de haver uma construção ao rés do solo, mas sua função simbólica- funcional permitiu estar ali um espaço desqualificado em relação ao possível diálogo com restante da cidade. O térreo falso flutua, o térreo verdadeiro é um depósito de automóveis.

O segundo argumento possível é que dado o gigantesco arcabouço de soluções arquitetônicas que acumulamos no século XXI, do térreo livre Corbusiano à arrojada proposta de Bjark Ingel para uma Nova York inundada, parece impossível que o térreo-estacionamento seja a única solução possível neste caso.

O terceiro argumento é que este tipo de solução é encontrada igualmente nas áreas altas da Vila Leopoldina, bem como em outros bairros da cidade. Pode-se citar o empreendimento Mourato 111 ou Bandeira ambos na Vila Madalena; ou Oxy na rua Cerro Corá Alto da Lapa.

Se os prédios da década de 90 apresentavam uma miríade de estilos arquitetônicos (ver Caldeira, 2000), e portanto diversas composições de fachadas, plantas e programas residencial. Os enclaves do anos 2010 são a repetição de soluções de fachadas beges, distribuição do programa em planta, organizados pela varanda gourmet e suítes. O termo “diferenciais” é um item presente em todos os sites das incorporadoras, porém a lista, é composta por tradicionais áreas de lazer: quadras, academia, salão de festas, salão de jogos etc. Atividades que costumava-se fazer em locais coletivos: como ir ao clube, ao parque, ou à praça.

A figura a seguir mostra ilustrações de fachadas divulgadas pelas incorporadoras a fim de demonstrar a repetição das soluções e o deslocamento com o entorno real. Nas imagens não há referências do bairro, nem tampouco das outras torres que o condomínio possui.



Figura 04- Ilustrações das fachadas dos empreendimentos. . Fonte: Própria autora em base divulgação comercial.

A sua relação com entorno é a da paisagem. As ilustrações publicitárias mostram edifícios altos implantados em lugares genéricos; os equipamentos são ilustrações descontextualizadas. O importante é a paisagem, a vista distante; a separação do solo, onde a realidade acontece.

Os textos das propagandas para a venda fazem referências ao bairro e sua localização privilegiada, cita-se o parque Villa Lobos, a USP, fazem menção ao estilo de vida local; o mesmo local que eles destroem, na medida que deixam as ruas vazias e inóspitas, além de expulsar sua população tradicional.

Porém, a privatização do espaço é dada por lei e ratifica uma importante ausência na gramática urbana: o quarteirão. Dos 25 lançamentos identificados no período de 2008-2018, apenas 5 possuem áreas de terreno até 2.000 m², apenas um pertenceria a outra faixa de 2001 à 4000 m², de 4001 à 6000 m² encontra-se 4 empreendimentos, 4 condomínios possuem a áreas entre 7.000 e 8.700 m², e por fim os últimos quatro possuem áreas que variam de 13.000 a 33.500 m² .

Descartando os quatro empreendimentos de menor área de terreno (até 2000 m²), o menor condomínio da faixa seguinte seria equivalente a metade de um quarteirão. O maior condomínio, Jardim Vila Nova Leopoldina está implantado em um terreno de 33.500 m², que equivale a 3 quarteirões. Se estes espaços fossem tratados, como loteamentos, ou seja, quarteirões, isso significaria no mínimo 20% de área pública para a cidade (ver plano diretor, 2014); além de diversidade de fachadas, diversidade de atividades, movimento de pessoas, dentre outros; ao invés disso a cidade ganha 1 km de muros, e quatro trechos extensos de ruas inóspitas.

Por fim, o modelo do enclave é exportado para outras classe sociais Os enclaves da década de 10 não são apenas residências, espaços de lazer e trabalho da elite: é uma condição disseminada pela cidade e incorporada por outras classe sociais. Uma rápida visita a sites de incorporadoras como Benx, Even, Kallas, PGD, Tenda ou MRV se verifica que este tipo de empreendimento se espalha por toda cidade. Desde de bairros tradicionalmente valorizados, àqueles que sofre dinamização do mercado imobiliário, ou mesmo aqueles de caráter popular como a Penha, Limão, Cidade Líder, Itaquera, Campo Limpo etc. Na figura 05 demonstra-se alguns exemplos de empreendimento residenciais em regiões populares da cidade, ou na área metropolitana com a mesma lógica do isolamento.



Space Residence - Campo Limpo



Residencial Panorama I - Cidade Líder



Fatto - Diadema

Ilha Verde - Penha



Via Araucária - Jd. Umarizal

Residencial Fascino - Penha

Figura 5: Imagens ilustrativas de empreendimentos tipo enclave em áreas populares da cidade. Fonte: Própria autora com base em publicidade disponibilizada no site das incorporadoras

Pode-se identificar a situação dentro do próprio bairro da Vila Leopoldina, em que o modelo do enclave é exportado para outras classes sociais. onde empreendimentos de caráter mais popular são construídos e financiados através do programa Minha Casa, Minha Vida, e ou aprovados como habitação de interesse social e adquirem as mesmas características dos empreendimentos de alto padrão.

“Ao fixar obrigatoriamente um modelo de “condomínios fechados e murados com áreas de lazer interna”, o programa de moradia reproduz em miniatura os enclaves de classe média.

(...)

Além de nacionalizar sua atuação, passando a atuar em várias regiões do país, as grandes incorporadoras introduziram uma nova linha, ou marca, voltada para a chamada “baixa classe média”. De acordo com Lúcia Schimbo, entre as catorze empresa que atuavam nesse segmento e que participavam da Bovespa em 2009, apenas duas (MRV e Tenda) iniciaram sua atuação, na década de 1970, com foco exclusivo no setor. Outras três (Inpar, Rodobens e Rossi) lançaram esses produtos no final da década 1990. As demais, voltadas historicamente para o segmento residencial de alta renda, criaram marcas específicas, como Fit e Living, oferecendo produtos “acessíveis” e “populares” entre 2004 e 2007. “(ROLNIK, 2015, p. 276 e 293)

É o caso dos empreendimentos como o Ecolife Vila Leopoldina na rua Aroaba e Viva Benx na rua Hassib Mofarrej. Os empreendimentos é Ecolife são um bom exemplo de como a arquitetura repete fórmulas, e exporta o modelo para outras classe sociais. Identificou-se onze empreendimentos Ecolife, seis deles espalhado na cidade de São Paulo (Carrão, Tatuapé, Morumbi, Vergueiro, Vila Maria e Vila Nova Cachoeirinha) apresentando exatamente a mesma planta, solução volumétrica e de fachada, diferenciando-se apenas no arranjo da implantação organizada em função da forma do terreno. Nas cidades da região metropolitana de São Paulo (Guarulhos e Santo André) os projetos também são similares aos do bairros de São Paulo, já nas demais cidades (Ribeirão Preto, Campinas e Rio de Janeiro) os projetos apresentam soluções diversas, porém ainda operam com o conceito formal do enclave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou estender o debate iniciado nos anos 2000 por Caldeira e apontar que a tendência de isolamento não mudou de caminho, mas intensificou-se, sofisticou-se e expandiu-se, como conceito e materialidade.

Este processo que nasce na década de 90, onde extrema pobreza e extrema riqueza coexistem lado a lado em áreas distantes dos centros urbanos. No contemporâneo, ao passo que as centralidades ganham importância devido a seu nível de articulação com o restante

da cidade, antigos tecidos de nucleação operária e industrial próximas ao centro passam a receber os enclaves do século XXI.

O marketing imobiliário associado é o mesmo dos processos de gentrificação dos tecidos históricos europeus, como em Roma ou Milão, que se dá através da valorização do patrimônio material e imaterial, identificando o tecido como “lugar” de interesse. Esta valorização não seria perversa se não dependesse fundamentalmente da expulsão das populações originais, através das quais o patrimônio foi formado. Nas cidades italiana o patrimônio material é preservado como forma de reforço do patrimônio imaterial. Já em São Paulo esta dinâmica não só significa mudança de classe social, mas destruição do patrimônio material como forma de apagar também a parte do patrimônio de origem e contribuição popular.

Além das questões de distinção e discriminação social, herdadas do começo do século XX; a ideia de altos muros como uma resposta a uma desigualdade econômica e social extrema que, condição dos últimos 30 anos do século XX; para, enfim, a segregação espacial chegar no século XXI com uma somatória de características e sofisticções.

Opera através da valorização de áreas historicamente periféricas que tornam-se centrais quando a cidade transborda seus limites para uma grande área metropolitana. A Vila Leopoldina é um excelente exemplo desta dinâmica: até a década de 1970 sua ocupação é de baixa densidade, com algumas casas e negócios. É esta condição, ou seja, o seu estoque de terras baratas que permitiu a instalação de indústrias e criação de grandes centros de distribuição (CEAGESP, Correios, e.g). Pode-se dizer que até a década de 90 o bairro corresponderia em característica à um bairro da periferia.

Atualmente, no arranjo espacial da cidade, estas terras é um lugar de grande articulações e entroncamentos, que propicia acesso rápido a diversas partes da cidade. Uma parte da cidade ainda bucólica de casas operárias e galpões industriais das décadas de 50 a 70, próximo a parques e bairros de alto padrão. O processo de ocupação de viés segregador funciona com expulsão dos socialmente mais frágeis; isolamento através de sofisticção de mecanismos e espaços de controle, ausência da figura normativa da quadra que possa estabelecer relações de paisagem e entorno; negação do espaço de esfera pública através de altos muros e empenas cega. Os empreendimentos se abstém de se apresentar ao público, e portanto estabelecer uma relação direta de diálogo com ela; uma arquitetura feita através de fórmulas do mercado imobiliário e coeficientes de marcos regulatórios, não procuram apresentar nenhum pensamento crítico com a relação a construção da cidade, mas apenas atender ao cenário criado pelo marketing imobiliário, com repetição de soluções espaciais e volumétricas.

Os enclaves fortificados do século XXI ultrapassam as barreiras das classe sociais mais altas e impõem a todos o isolamento que os aliena dos processos sociais e políticos, enquanto a disciplina da arquitetura esquiva-se de assumir a sua responsabilidade, e passa simplesmente a aplicar a técnica sem olhar para o problema de forma abrangente e crítica.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO VIVA VILA LEOPOLDINA. *Associação Viva Vila Leopoldina*. Facebook, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vivaleopoldina/posts/1590962681144613>>. Acesso em: 2018.
- CACCIARI, M. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.
- CALDEIRA, T. P. *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DUNKER, C. I. L. *Mal estar, sofrimento e sintoma. Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ELIAS, N. *Introdução a sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- HEGEL, G. W. F. *Dizionario delle idee*. Roma: Editori Riuniti, 1996.
- JOSEP MARIA MONTANER, Z. M. *Arquitetura e Política*. São Paulo: Gustavo Gilli, 2014.
- PAULO, P. P. *Moradores de condomínios de alto padrão da Vila Leopoldina pressionam prefeitura contra moradias populares no bairro*. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/moradores-de-condominios-de-alto-padrao-da-vila-leopoldina-pressionam-prefeitura-contramoradias-populares-no-bairro.ghtml>>. Acesso em: 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Consulta PIU Vila Leopoldina-Villa Lobos*. Gestão urbana, 2018. Disponível em: <<http://minuta.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-vila-leopoldina/#/>>. Acesso em: 2018.
- REIS, N. G. *São Paulo. Vila, Cidade, Metrópole*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.
- RODRIGUES, L. R. *Territórios invisíveis da Vila Leopoldina: permanência, ruptura e resistência na cidade*. São Paulo: [s.n.], 2013.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SECCHI, B. *La città dei ricchi e la città dei poveri*. Roma: Laterza & Figli, 2013.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SOMEKH, N.; CAMPOS, C. M. *A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Mackenzie, 2002.
- SP URBANISMO. *Ata da 2ª Audiência Pública do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina- Villa Lobos (PIU VL-VL)*. SP Urbanismo. São Paulo, p. 8. 2018.
- TAE-WOOK CHA, at al. *Shopping*. In: REM KOOLHAAS, at al. *Mutaciones*. Barcelona: Editorial Actar, 2000.
- ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do Real*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ZUKIN, S. *Paisagens do século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano*. In: ARANTES, A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

